



Brito & Sukiennik

Ano I Edição nº 009 Brasília, abril de 2009

Notícias do Escritório	Comércio Exterior	Judiciais
<ul style="list-style-type: none">Governo alemão convida Rafaela Brito	<ul style="list-style-type: none">Uma ponte Brasília- HanóiMercosul Digital pode estimular negócios	<ul style="list-style-type: none">Atividades do Nupre põem em evidência deslizos mais comuns de advogadosEstado responde, junto com particular, por danos ao meio ambiente resultante de loteamento irregular
América do Sul - Política	Meio Ambiente	Brazilian Issues
<ul style="list-style-type: none">Brasil quer criar Interpol regional no Mercosul	<ul style="list-style-type: none">Gestão sustentável de florestas tem potencial para criar 10 milhões de empregosEnergia renovável vai suprir 40% do mundo em 2050	<ul style="list-style-type: none">Citi Should Talk to Brazil's ItaúMore Trade and Less Protectionism, Brazil's Recipe to Save the WorldBrazil is the 8th in the ranking of transparency of public spending

Governo alemão convida Rafaela Brito

Participação da advogada Rafaela Brito, no período de 31 de março a 03 de abril de 2009, do Curso de Verão "Da Pesquisa à prática: o Papel da Educação para o Desenvolvimento Sustentável em Pesquisa, Educação e Cooperação Internacional" para Alumni do Daad, na ilha de Vilm, e na Conferência Mundial da UNESCO para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável, em Bonn, na Alemanha.

A advogada atuante no âmbito das Relações Internacionais e do Direito Ambiental participou do programa de verão, desenvolvido pela Universidade de Greifswald, na Alemanha, principalmente, pela oportunidade de interdisciplinariedade do programa, o qual abrangeu tópicos de pesquisa, visitas "in loco" em parques nacionais e nas Reservas Biosféricas, discussões sobre políticas públicas e cooperação internacional. Como membro da Comissão de Meio Ambiente da Ordem dos advogados do Brasil-DF, participou ativamente como "decision maker" e "stake holder" no processo de difusão da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

Participou do grupo de Comunicação e Educação para o Desenvolvimento Sustentável, no qual fui a "embaixadora" (termo usado para quatro participantes que deveriam interagir-se do que acontecia nos outros grupos e relatar para os colegas do seu próprio grupo). Participou demonstrando a necessidade de instruir um advogado bem preparado na tomada das decisões, principalmente, quando se trata de aplicação da legislação nacional e internacional.

Os "workshops" desenvolvidos, na Ilha de Vilm, foram interdisciplinares, pois foram compostos por profissionais renomados- cientistas ou não- dos países da Sérvia, Uganda, Gana, Brasil, Colômbia, Equador, Malásia, Tajiquistão, Indonésia, México, Peru, Quênia, Tanzânia, Ucrânia, Vietnam, Romênia, que contribuíram com seu "background" de conhecimentos para que, no final do programa, fosse produzido o relatório sobre a atuação dos profissionais na difusão da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

Rafaela Brito foi a mais nova e a única advogada a participar do Programa de Verão e da Conferência da Unesco.

Brasil quer criar Interpol regional no Mercosul

O Brasil vai apresentar na próxima reunião do Mercosul a proposta de criação da Mercopol, um organismo de

articulação das polícias do bloco. Seria como a Interpol no âmbito regional, explica o secretário executivo do Ministério da Justiça, Luiz Paulo Barreto. Quem está encaminhando a proposta é o secretário nacional de Justiça, Romeu Tuma Júnior.

Temos de conseguir alguma forma de ampliar a capacidade da justiça. Na região da fronteira seca, as pessoas podem cometer um crime, atravessar a rua e ficar rindo, porque estão do outro lado e a polícia não pode atuar, conta Tuma. A articulação também permitiria cumprir mandados judiciais do outro lado da fronteira.

Segundo Tuma, a ideia de cooperação entre as polícias não é nova. Vem desde que fui chefe do escritório da Interpol, de 1989 a 1992. Uma das principais áreas em que ele acredita ser necessário o trabalho conjunto é o tráfico de drogas - cada vez mais feito por organizações internacionais.

Se for aprovado, a Mercopol não será a única articulação regional de polícias. A Europa já tem a Europol. No entanto, segundo Barreto, não está prevista a possibilidade de a polícia de um país entrar em perseguição a fugitivos até 50 quilômetros dentro das fronteiras sem necessidade de autorização prévia das autoridades, como acontece por lá.

Passaporte

Barreto e Tuma encontram-se em Lisboa para participar do 2º Seminário Luso-Brasileiro sobre Tráfico de Pessoas e Imigração Ilegal. Durante o seminário, foi oferecido ao País o piloto de um sistema inovador de análise de passaportes criado em Portugal chamado Rapid. Você coloca a página da fotografia do passaporte num scanner, depois se abre uma janela com uma máquina de reconhecimento facial e em 8 segundos o processo está feito, relata Barreto, que espera utilizá-lo no País, inicialmente em Brasília.

Fonte: O ESTADO DE SÃO PAULO. Brasil quer criar Interpol regional no Mercosul. **Página oficial do Ministério das Relações Exteriores**. Brasília, mar. 2009. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=559500

Uma ponte Brasília- Hanói

As indústrias brasileiras e vietnamitas iniciaram, nesta terça-feira [03/03/09], o intercâmbio comercial que pode resultar em parcerias nos setores de artesanato, alimentação, construção civil, eletroeletrônico, gráfico, lavanderia, mobiliário, vestuário e turismo. Sob liderança do presidente da Federação das Indústrias do DF (FIBRA), Antônio Rocha, empresários da capital federal receberam um grupo de investidores do Vietnã. Após a reunião, ficou estabelecida a realização de uma rodada de negócios em Hanói para que as indústrias do DF possam mostrar os produtos.

No mesmo sentido, os vietnamitas irão expor os produtos em Brasília. “É mais um mercado que se abre para a indústria brasileira. O objetivo da FIBRA é exatamente buscar esta aproximação. E contamos, neste momento, com a parceria importante do governo federal”, destacou Rocha.

Para o empresário Nguyen Huu Thang, líder da delegação, o Vietnã tem interesse em estabelecer a parceria com as indústrias brasileiras. “Exportamos para vários mercados. Observamos as exposições feitas e posso assegurar que a relação comercial tem todas as condições para prosperar. O importante é que o primeiro contato foi feito”, disse.

A delegação vietnamita participa da comitiva da presidente do Conselho do Povo de Hanói, senhora Ngo Thi Doan Thanh, que está em visita ao Brasil. Por solicitação dos empresários, a Assessoria de Negócios da FIBRA organizou a reunião com os industriais brasileiros. Atualmente, não existe comércio bilateral. Por isso, segundo Rocha, “a Federação das Indústrias quer estimular este intercâmbio entre Brasília e Hanói”.

Comércio externo

Na abertura do encontro com os empresários vietnamitas, o presidente Antônio Rocha informou que há um amplo leque de oportunidades entre o DF e Hanói. Segundo ele, um dos exemplos é o Parque Tecnológico Capital Digital (PTCD), que será erguido num terreno de 123 hectares próximo à Granja do Torto. Rocha afirmou que o parque abrigará empresas de alta tecnologia do mundo. “É importante que os investidores conheçam o projeto para avaliar este mercado brasileiro”, informou.

Na oportunidade, os visitantes assistiram ao documentário produzido sob encomenda da FIBRA que mostra os potenciais do mercado da capital brasileira. Após a exibição do vídeo, Nguyen Thang pediu que cada integrante da delegação do Vietnã contasse sobre os respectivos ramos de atividades. De acordo com o

empresário, o país tem demandas que podem ser supridas pelas indústrias brasileiras.

“Temos os mais diversos interesses. Do turismo à construção civil, passando pelos setores de alimentação, vestuário, mobiliário, entre outros. Podemos comprar das indústrias daqui ou sermos representantes delas no Vietnã, ou vender os nossos produtos para o DF e demais estados brasileiros”, explicou Thang.

Rocha solicitou que os presidentes dos sindicatos industriais do DF relatassem sobre as atividades. José Maria de Jesus, presidente do Sindicato das Indústrias da Madeira e do Mobiliário do DF (SINDIMAM), informou que o setor tem cerca de 800 empresas com sete mil empregados. Segundo ele, a produção é praticamente enviada para o mercado do DF. O diretor financeiro e presidente da Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário (Abimóvel), José Luiz Diaz Fernandez, explicou que o segmento tem interesse na prospecção de mercados. Em 2009, segundo assinalou, serão avaliados os mercados da África do Sul, Índia e Rússia.

O presidente do Sindicato das Indústrias de Beneficiamento, Moagem, Torrefação e Fabricação de Produtos Alimentares de Origem Vegetal do DF (Sindigrãos), Newton Tomio Hasegawa, disse que há uma manifestação dos empresários da capital brasileira em estabelecer parcerias com o mercado do Vietnã. O mesmo entendimento foi apresentado por Cláudio Mendes, presidente do Sindicato das Indústrias de Lavanderia e Tinturaria do DF (Sindilav), e pelo presidente do Sindicato das Indústrias de Reparação, Manutenção de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Industriais, Elétricos e Eletrônicos de Uso Doméstico do DF (Sideleto), José de Ribamar Nogueira.

Os setores de vestuário e acessórios e gráfico constituíram-se nas últimas apresentações da reunião. Para o presidente do Sindicato das Indústrias do Vestuário do DF (Sindiveste), Márcio Franca, o setor na capital brasileira é bastante significativo na fabricação de uniformes e moda feminina. O presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas do DF (Sindigraf), Antônio Eustáquio de Oliveira, enfatizou que o principal mercado das gráficas é o governo federal. Ele explicou que o segmento importa diversos equipamentos, o que constitui em importante mercado para indústrias de maquinário.

Ao término do encontro, o presidente da FIBRA explicou que o Vietnã constitui também em importante porta de entrada de produtos para o mercado asiático com estimativa em um bilhão de habitantes. De acordo com Rocha, a mobilização dos empresários locais busca atender também meta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no sentido de ampliar o comércio bilateral para US\$ 1 bilhão até o próximo ano. “O DF fará a parte dele. Deste modo, poderemos figurar nas estatísticas do comércio exterior como parceiros firmes dos vietnamitas. O momento é que abriremos os caminhos para mercados que estejam fora dos eixos Estados Unidos e Europa”, disse.

Fonte: FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL. Uma ponte Brasília- Hanói. **Página oficial da FIBRA.** Brasília, mar. 2009. Disponível em: <http://www.sistemafibra.org.br/fibra/content/view/2790/>

Mercosul Digital pode estimular negócios

As companhias brasileiras podem ganhar, nos próximos meses, acesso facilitado aos consumidores dos países vizinhos. Desde fevereiro está em funcionamento um projeto batizado de Mercosul Digital, criado para ajudar na integração tecnológica entre os países do bloco.

As empresas [de todos os países envolvidos] ganham três novos mercados, diz Gerson Rolim, diretor executivo da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico (Câmara e-net) e responsável no Brasil por essa vertente do projeto.

A vantagem para os empresários brasileiros é que o comércio eletrônico é muito mais desenvolvido no país do que nos demais mercados da região. O projeto pode beneficiar, em particular, um grande número de pequenas e médias empresas, que ganhariam acesso ao exterior com custo relativamente baixo.

No Brasil, 90% das compras on-line são feitas por brasileiros em sites brasileiros. No resto da América Latina, 40% das compras são feitas no eBay e na Amazon, comenta Rolim. Dados de 2007 sobre vendas on-line na região indicam um montante de US\$ 10,9 bilhões, com o Brasil representando 44,9% do total e a Argentina, 7,5%. Paraguai e Uruguai entraram no bloco de outros, com 1,9% do total.

Sandra Turchi, superintendente de marketing da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), diz acreditar que o Mercosul Digital ajudará a quebrar barreiras que os pequenos e médios empresários têm na hora de pensar em abrir uma loja na internet ou exportar seus produtos. Não são atividades só para grandes

empresas, diz ela.

Apesar dos benefícios previstos para o comércio eletrônico, o foco da iniciativa é bem mais amplo. O Mercosul Digital entrou em funcionamento oficialmente em 13 de fevereiro e prevê investimentos de 9,6 milhões em iniciativas educacionais e de troca de informações para reduzir as assimetrias tecnológicas existentes entre os quatro países do bloco.

Quero poder mandar um documento para o outro país e que ele tenha validade jurídica usando uma assinatura eletrônica, diz Rogério Vianna, assessor do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e membro do grupo de trabalho do Mercosul que discute o tema.

Segundo Vianna, na área de assinaturas digitais estão previstas iniciativas para discussão de um marco regulatório comum e a implantação de uma infraestrutura de chaves públicas em cada país (necessárias para a certificação digital), usando o conhecimento gerado no Brasil.

Para facilitar as transações on-line e o comércio eletrônico está prevista a criação de centros logísticos de entrega de mercadorias entre os países. Outra medida em estudo é a promoção conjunta, no mercado internacional, de um produto comum entre os países do bloco.

A integração tecnológica entre os países da região começou a ser discutida em 1998 com a criação de um subgrupo de trabalho (SGT) no Mercosul. Em 2006, o projeto ganhou contornos mais específicos. O Mercosul Digital conta com um aporte de 7 milhões da Comissão Europeia. Segundo Vianna, do MCT, a cooperação entre os dois blocos nessa área vem sendo discutida desde 2004.

Dos outros 2,6 milhões, cerca de 50% serão aportados pelo MCT na forma de recursos humanos para gestão e realização das iniciativas previstas no acordo. Entre 25% e 30% do orçamento total de 9,6 milhões irão para a criação de uma escola virtual que oferecerá cursos com formação semelhante à de um mestrado nos temas da sociedade da informação, diz Vianna. Está prevista a instalação de uma unidade por país para capacitar mais de mil profissionais nos próximos 36 meses, período de duração do Mercosul Digital. Segundo Rolim, da Câmara e-net, os recursos começam a chegar em maio.

Fonte: VALOR ECONÔMICO. Mercosul Digital pode estimular negócios. **Página do Sistema de Informações FUNCEX.** Rio de Janeiro, mar. 2009. Disponível em: <http://si.knowtec.com/scripts-si/MostraNoticia?&idnoticia=20711&idcontato=2449&origem=fiqueatento&nomeCliente=FUNCEX&data=2009-03-25>

Gestão sustentável de florestas tem potencial para criar 10 milhões de empregos

A gestão sustentável das florestas poderia gerar 10 milhões de "empregos verdes", indicou nesta terça-feira [10/03/09] em Roma a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO).

"Enquanto cada vez mais empregos são perdidos por causa da atual desaceleração econômica, a gestão sustentável das florestas poderia ser uma forma de criar milhões de postos de trabalho, ajudando a reduzir a pobreza e melhorar o meio ambiente", defendeu Jan Heino, diretor geral adjunto do Departamento Florestal da FAO.

"Como as árvores e as florestas são essenciais para a retenção do carbono, esse investimento pode resultar em uma contribuição muito importante para o esforço da população em se adaptar às mudanças climáticas", afirmou.

"Alguns países, como os Estados Unidos e a República da Coreia, por exemplo, incluíram o setor florestal em seus planos para estimular a economia", explicou a FAO, que propõe a criação de empregos no setor agroflorestal, cultivos silvestres e gestão de incêndios.

Na Índia, o reflorestamento é um elemento importante para garantir o emprego rural, destacou a agência.

A entidade estimou ainda que uma melhor gestão florestal e novas plantações de árvores poderiam reduzir de forma significativa a tendência à redução da cobertura verde, ajudando a diminuir as emissões de carbono.

A gestão sustentável das florestas será debatida durante a Semana Florestal Mundial, que acontecerá na sede central da FAO, em Roma, de 16 a 20 de março.

Energia renovável vai suprir 40% do mundo em 2050

Com ajuda política e financeira adequada, energias renováveis como eólica e solar poderão suprir 40% da demanda mundial por energia, de acordo com descobertas anunciadas nesta quarta-feira durante o congresso internacional sobre clima, que acontece em Copenhague.

O estudo foi apresentado por Peter Lund, da Universidade de Tecnologia Avançada de Sistemas de Energia de Helsinque, localizada em Espoo, na Finlândia.

"Nossas descobertas demonstram que com ajuda política e financeira global, ideias anteriores de que energias renováveis poderiam abastecer uma fração muito limitada da população mundial estavam erradas", disse Lund.

Projeções anteriores diziam que a participação das energias renováveis no fornecimento de energia elétrica atingiria apenas 12% até 2030.

Outro estudo apresentado no mesmo congresso sustenta a viabilidade de energias renováveis, pelo viés do potencial e das limitações dos ventos, da biomassa e do biodiesel.

"Nós identificamos áreas que devem ser priorizadas para que o setor eólico entregue energia para a maior área possível e com redução de custos", disse Erik Lundtang Petersen, do departamento de energia eólica da Universidade de Denmark. "Pesquisas sobre a tecnologia de turbinas e a integração de fornecedores de energia eólica serão cruciais para maximizar o crescimento futuro."

Uma pesquisa conduzida por Jeanette Whitaker, do Centro para Ecologia e Hidrologia de Lancaster, no Reino Unido, descobriu que a segunda geração de biocombustíveis (produzido a partir de materiais não alimentícios, como restos de cana-de-açúcar) requer menos energia e emite menos gás de efeito estufa do que a primeira geração de biocombustíveis, como o etanol feito de trigo ou cana-de-açúcar.

"Estas descobertas são importantes e relevantes, já que o debate atual sobre biocombustíveis está centrado na discussão da competição do uso de produtos alimentícios para comida versus seu uso para combustível", disse Whitaker.

Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO. Energia renovável vai suprir 40% do mundo em 2050. **Folhaonline**. São Paulo, mar. 2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ambiente/ult10007u533137.shtml>

Atividades do Nupre põem em evidência deslizamentos mais comuns de advogados

Há pelo menos duas maneiras de comemorar o sucesso do Núcleo de Procedimentos Especiais da Presidência (Nupre), unidade que funciona como um "filtro" para processos manifestamente incabíveis ou sem perspectiva de provimento: Uma, óbvia, é a agilidade na prestação jurisdicional para o cidadão e a economia de trabalho e de tempo para advogados e funcionários. Outra, nem tanto, é o fato de que a atividade do Nupre acaba servindo de alerta para deslizamentos "primários" cometidos por advogados na interposição de agravos, recursos e outros, que podem colocar fim à esperança de cidadãos no sucesso das ações.

No primeiro caso, funcionários do Nupre identificam os agravos de instrumento e recursos especiais referentes a temas com jurisprudência consolidada no Tribunal, cabendo ao presidente decidi-los, evitando que questões sobre as quais não há "nada mais a dizer" sejam distribuídas aos demais ministros. Um exemplo foi a decisão tomada em recurso especial da Brasil Telecom, interposto em abril de 2008.

Competente para julgar o caso, a Segunda Seção decidiu que o valor patrimonial das ações definido no balancete do mês da integralização é o parâmetro correto para calcular a quantidade de ações da companhia que deveriam ter sido subscritas ao adquirente de linha telefônica. Apesar disso, a Brasil Telecom queria rediscutir. Em decisão unipessoal, o presidente deu provimento apenas para reafirmar o definido pela Seção, evitando a redistribuição, novo relatório, entrada em pauta e julgamento.

De outro lado, estão os agravos manifestamente descabidos ou sem perspectiva de provimento, como recursos interpostos por advogados sem procuração nos autos, os intempestivos (fora do prazo) e os que não contêm peças obrigatórias, entre outros critérios. De abril de 2008, quando foi criado o Nupre pelo então

presidente Humberto Gomes de Barros, até janeiro de 2009, quase 14 mil agravos tiveram o provimento negado ou não foram conhecidos por problemas desse tipo. Em favor da agilidade na resposta judicial, mais de 20 mil processos deixaram de abarrotar os gabinetes.

O Nupre, na prática, é uma extensão do Núcleo de Agravos da Presidência (Napre), incluído no planejamento estratégico da gestão do presidente Rafael de Barros Monteiro, em 2007. Uma resolução assinada na ocasião permitia ao presidente negar seguimento aos agravos de instrumento descabidos ou sem chance de provimento. O Nupre ampliou o alcance, passando a identificar os recursos que pretendem rediscutir questões já pacificadas no tribunal.

“A Corte Especial, que antes era responsável pelo processamento desses autos, agora pode focar seus esforços nas causas de procedimentos mais complexos, que é a real atribuição dela”, ressaltou, na ocasião, o assessor-chefe do Nupre, Rubens Cesar Rios. Ferramenta eficaz na agilização dos procedimentos judiciais, o Nupre acaba, também, por evidenciar, os erros, ou “vacilos”, mais comuns cometidos pelos defensores das partes.

Direito e Justiça

Quando um cidadão entra na Justiça, é porque acredita que algum direito seu lhe foi negado de algum modo. Então, confiante que a Justiça será feita, arranja advogado e se prepara para a luta, sabendo que pode ganhar ou perder. Sendo a jurisprudência reinante no meio jurídico a favor de seu pretense direito, o que acontece se o advogado perde o prazo, ou deixa de apresentar o documento certo?

“Em regra não se pode pleitear indenização do advogado por não haver obtido êxito na pretensão, pois tal não é o dever do profissional liberal, que tem, isso sim, dever de diligência e perícia”, afirma Alex Sandro Ribeiro, advogado e consultor especializado em microempresas e empresas de pequeno porte, em seu trabalho sobre a responsabilidade civil do advogado e o código de defesa do consumidor.

Apesar de não ser justo, é claro, imputar ao advogado a responsabilidade pelo resultado de um processo judicial, como ficam “os deveres de diligência e perícia” nos casos em que o advogado se esquece de comprovar o pagamento das custas judiciais, por exemplo, e o presidente do STJ nega seguimento ao recurso, mesmo que a questão de fundo, o direito pretendido pelo consumidor, tenha jurisprudência em seu favor?

“Os embargantes não comprovaram o recolhimento das custas judiciais no ato da interposição dos embargos de divergência (artigos 511, caput, do CPC, 9º da Lei n. 11.636/2007 e 1º, parágrafo 1º, da Resolução n. 01/2008-STJ)”, diz o presidente em um dos 212 despachos do Nupre. “Intime-se o impetrante para que providencie e comprove o recolhimento das custas judiciais, no prazo de dez dias, sob pena de extinção do processo”, determina em outro.

A falta de comprovação do pagamento das custas judiciais é a campeã das publicações no Diário de Justiça Eletrônico do dia 9/2/2009. Casos em que o embargante tem direito à Justiça gratuita também devem ser comprovados por meio de documentos, geralmente esquecidos. Outro problema comum é a ausência de procuração outorgada ao advogado, o que impede ao presidente o conhecimento do agravo.

Outra questão corriqueira é agravo dirigido ao STJ, quando deveria ter sido direcionado ao tribunal de origem. Qual a decisão? “No caso em exame, o apelo nobre desafia a decisão monocrática de fls. 351-352, contra a qual caberia o agravo na origem, nos termos do parágrafo 1º do artigo 557 do CPC. Assim, não tendo sido exaurida a instância ordinária, incabível o recurso especial. Diante disso, nego provimento ao agravo”, diz, muitas e muitas vezes, o presidente nos despachos exarados pelo Nupre.

Na falta de uma certidão de intimação, ou cópia da íntegra do acórdão recorrido, ou ainda, falta das contrarrazões ao recurso inadmitido, enfim, na ausência de peças obrigatórias que caberia ao advogado contratado providenciar, o que pode levar o autor a perder a ação e frustrar a sua expectativa de direito, nos casos de jurisprudência consolidada em favor de sua pretensão, por exemplo, quem responde pelos prejuízos numa eventual ação de responsabilidade civil pela perda de uma chance?

Em obra sobre o assunto, o jurista Arnoldo Wald observa que os artigos 1.545 e 1.546 do Código Civil tratam, especialmente, da responsabilidade dos médicos, cirurgiões, farmacêuticos, parteiras e dentistas, esclarecendo que são obrigados a indenizar os danos provenientes de sua imprudência, negligência ou falta de técnica. “Trata-se de aplicação de um princípio geral que se aplica a todos os profissionais, inclusive

advogados, arquitetos e engenheiros”, ressalta.

Há pelo menos duas maneiras de comemorar o sucesso do Nupre: uma é como ferramenta eficaz na agilidade da prestação jurisdicional, interesse de todas as partes. A outra é a grande capacidade que certamente têm os seres humanos, e certamente a nobre classe dos advogados, de transformar eventuais “pedras de tropeço” em aprendizado para uma vida toda de ações e “ações”.

Fonte: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Atividades do Nupre põem em evidência deslizos mais comuns de advogados.

Página Oficial do STJ. Brasília, mar. 2009. Disponível em:

http://www.stj.gov.br/porta1_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=91175

Estado responde, junto com particular, por danos ao meio ambiente resultante de loteamento irregular

O Estado de São Paulo tem responsabilidade solidária por dano ambiental resultante da construção de lotes irregulares no Parque Estadual de Jacupiranga (SP). O Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que a decisão que condenou apenas a proprietária do imóvel a ressarcir os danos causados ao meio ambiente deve ser estendida também ao ente público, que, em ação regressiva, pode buscar reparação contra o causador direto do dano.

A Segunda Turma considerou que o acórdão demonstrou claramente que o Estado não cumpriu satisfatoriamente com o dever de fiscalizar o parque, apesar de ter embargado obras no local. Os ministros entenderam que o Estado foi omissivo ao não adotar medidas cabíveis contra a invasão e deve ser responsabilizado juntamente com o particular. A ação foi interposta pelo Ministério Público Paulo contra a Fazenda estadual.

A responsabilidade solidária, segundo o STJ, nasce, quando o Estado, devendo agir para evitar o dano, mantém-se inerte ou age de forma deficiente. Decisões do Tribunal reiteram que as entidades de direito público podem ser arroladas no pólo passivo de ação civil pública quando do loteamento irregulares em áreas ambientais seja por ação, quando expede alvarás sem autorização dos órgãos de proteção ambiental, ou por omissão, quando falhas no dever de vigilância. Essa posição se reforça por cláusula constitucional que impõe ao Poder Público o dever de defender o meio ambiente para presentes e futuras gerações.

O relator do caso, ministro Herman Benjamin, assinalou que a cláusula de solidariedade não pode implicar benefício para o particular que causou a degradação ambiental em detrimento do erário. Assim, sem prejuízo da responsabilidade solidária, deve o Estado, que não provocou diretamente o dano nem obteve proveito com sua omissão, buscar o ressarcimento de valores despendidos contra o responsável direto, evitando, com isso, injusta oneração da sociedade.

Fonte: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Estado responde, junto com particular, por danos ao meio ambiente resultante de

loteamento irregular. **Página Oficial do STJ.** Brasília, mar. 2009. Disponível em:

http://www.stj.gov.br/porta1_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=91422

Citi Should Talk to Brazil's Itaú

Brazilians had something extra to celebrate at carnival this year — the relative health of the country's financial system.

While investors have fled emerging markets, Brazilian banks have held up nicely compared with rivals in the United States and Europe. They might even be able to lend a hand, Breakingviews says.

Chief among the revelers is Banco Itaú. Fresh from its merger with Unibanco, the São Paulo-based bank has emerged as the biggest bank south of the Mexican border. The market value of its parent, at just around \$28 billion, is nearly equal to the combined worth of Citigroup and Bank of America, the publication notes.

That doesn't mean Itaú should buy a United States bank, Breakingviews says. But it puts it in pole position to fulfill its ambitions to become a regional powerhouse, it says. In recent years it acquired banks and opened branches in countries including Argentina, Uruguay and Chile. It also bought the Latin assets of Bank of Boston in a deal that gave that bank, later acquired by Bank of America, a stake in Itaú.

But its merger with a domestic rival, Unibanco, approved by regulators last month, has made it a more formidable force, rivaling not just regional players but also the Spanish banks, the publication says. These financial conquistadors, led by Santander, have tried to create pan-Latin franchises but struggled to make

much headway in Brazil, Breakingviews says.

Conspicuously absent from Itaú's footprint is Mexico. Enter Citigroup: the ailing New York bank paid \$12.5 billion for Grupo Financiero Banamex in 2001. Though Citi says Banamex is a crucial part of its global strategic plans, it could use capital and, because of its recent deal with the government, faces Mexican laws that restrict companies with sizable government stakes (the United States will own 36 percent of Citi) from operating a bank, Breakingviews says.

By selling Banamex to Itaú, Citi would deleverage its balance sheet, the publication argues. And by taking a mixture of cash and Itaú shares, Citi would strengthen its capital ratios while retaining a strategic stake in Latin America's superregional bank, it says. Given all the bad news coming Citi's way, this could be a deal worth celebrating, according to Breakingviews.

Source: THE NEW YORK TIMES. Citi Should Talk to Brazil's Itaú. **Website of the Ministry of External Relations**. Brasilia, mar. 2009. Available on: http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/internacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=552976

More Trade and Less Protectionism, Brazil's Recipe to Save the World

Following a meeting Tuesday with visiting Uruguayan President Tabare Vazquez, Brazilian President Luiz Inácio Lula da Silva said that relations with neighboring Uruguay are at "their best level ever".

"Our privileged association is crucial to keep advancing Mercosur," said Lula standing next to Vazquez. "We must find new innovative ways to overcome the lack of sufficient credit and accelerate discussions on the use of our local currencies in bilateral and regional trade", he added.

The Brazilian president also pointed out the significance of "solidarity" between Uruguay and Brazil in energy affairs and called for mechanisms to address shortages as well as promising more investments from Petrobras in Uruguay.

President Lula announced his government guarantees the link between the Brazilian and Uruguayan electricity grids and promised a new plant to be built in Rio Grande do Sul to connect directly with San Carlos in Uruguay.

The Uruguayan delegation, which included several ministers, is interested in a strong long term Brazilian demand since Latin America's largest economy has become Uruguay's main trading partner.

The global financial crisis is forcing on countries the challenge of finding new innovative ways to overcome the shortage of credit and expand world trade, said both presidents who called for a quick completion of the Doha Round for a further liberalization of world trade in the framework of the World Trade Organization.

"This is why it's so important to strengthen Mercosur, a crucial step in the path to consolidate the customs union and to agree on the elimination of the double foreign goods tariff charge".

Protectionism had a special emphatic criticism from President Lula who underlined that countries to combat the current crisis need more integration and better tools to combat those tendencies.

"Currently whoever believes he can save his country with protectionism will be rapidly condemning his country's economy, in the mid term. I'm convinced that what we most need is more trade, more trade, so the global economy can return to normal," said Lula.

Source: BRAZZIL MAGAZINE. More Trade and Less Protectionism, Brazil's Recipe to Save the World. **Website of Brazzil Magazine**. São Paulo, mar. 2009. Available on: <http://www.brazzilmag.com/content/view/10605/>

Brazil is the 8th in the ranking of transparency of public spending

Brazil is the 8th in the ranking of transparency of public spending according to a report recently released by the International Budget Partnership, a project that promotes government transparency and improves accountability and lists 85 countries.

Nearly half of the countries listed provide so little information publicly as to make impossible to uncover waste, corruption or mismanagement.

As for Brazil its good position in the report shows that "the Federal Government provides comprehensive and timely information about the budgetary practices and the Annual Budget along the year", said Luciano

Cerqueira from Ibase (the Brazilian Institute for Social and Economic Research).

Having a good performance in the ranking is not a sufficient excuse to fail to provide adequate budget transparency “as it is still limited the access to an overall budgetary information data”.

Best performers included the United Kingdom, South Africa, France, New Zealand, the United States, Norway and Sweden. Except for South Africa all countries listed are considered developed countries.

Worst performers included those in which dictatorial regimes and poverty are part of their realities, such as Saudi Arabia, Algeria, Sudan, Equatorial Guinea and Sao Tome and Principe.

IBP was founded in 1997 [in Washington, D.C.] and can be found on www.openbudgetindex.org

Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO. Brasil é 8º país em ranking de transparência de gasto público. **Página oficial do Ministério das Relações Exteriores**. Brasília, fev. 2009. Disponível em:
http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=543458

Contato

Bernardo Pablo Sukiennik
(61) 8409-0339
pablo.s@advogadosdomercosul.com.br

Rafaela Silva Brito
(61) 8121-9556
rafaelabrito@advogadosdomercosul.com.br

Priscila Larissa Arraes Mendes
(+55) 61 8138-1225
priscilamendes@advogadosdomercosul.com.br

Este correio eletrônico foi enviado porque julgamos que os assuntos nele tratados são de seu interesse. Caso você não queira receber outras mensagens com notícias, por favor, envie, por meio de seu endereço de e-mail, uma mensagem com assunto “REMOVED” para o remetente.
